

REFLEXÕES DE OUTRA NATUREZA

Prof. Dr. Victor Hugo Kebbe



Doutor em Antropologia Social pela UFSCar; ex-fellow de Japanese Studies/Intellectual Exchange da Japan Foundation (Tokyo, Japão); atuou como pesquisador associado da Faculdade de Educação da Shizuoka University (Shizuoka, Japão), como pesquisador associado do Nanzan Anthropological Institute e do Nanzan Institute for Religion and Culture (Nagoya, Japão); Pós-Doutor pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, UFSCar e Nanzan University. Editor do japanologia.com.

E-mail: vhkebbe@hotmail.com

Site: japanologia.com

Resumo

O Japão vivenciou um dos maiores desastres naturais já observados em sua história, o Grande Terremoto do Leste do Japão em 2011. Um terremoto colossal, acompanhado de um imenso tsunami e uma tragédia nuclear fez com que o país se mobilizasse em prol dos feridos e desaparecidos. As forças da natureza se mostravam impiedosas e embrutecidas perante as várias vidas de pessoas que moravam na região. Proponho neste texto um debate sobre as maneiras como a sociedade japonesa percebe a relação entre natureza e cultura, binômio tão caro para o pensamento antropológico. Terra dos kami, sendo estas entidades e forças primais da natureza, o Japão já se enveredava em outras percepções acerca do que entende por natureza. Almejo ainda discorrer como estas modulações, como pensadas no Japão, podem ser úteis para entendermos como encaramos natureza e cultura em outros contextos, como o caso do Brasil. Tal entendimento pode nos ser útil para compreendermos e lidarmos com estes momentos traumáticos característicos das tragédias naturais, como a própria COVID 19, esta que assola o mundo contemporâneo.

Palavras-chave

Japão, Xintoísmo, Grande Terremoto do Leste do Japão, Natureza, Cultura

Reflexões de Outra Natureza

Por Victor Hugo Kebbe¹

Existe algo para ser aprendido com uma tempestade. Quando surpreendido por uma chuva, você tenta não se molhar e corre rapidamente pela rua. Mas, mesmo se escondendo nos beirais das casas, você ficará molhado. Se estiver plenamente consciente de tal situação desde o início, você não ficará incomodado, embora ainda fique ensopado. Essa compreensão se aplica a tudo. (YAMAMOTO, 2004:54)

Hora da entrevista²

11 de março de 2011. Havia passado pouco mais das 14 horas da tarde em Hamamatsu, Shizuoka, quando me trocava para a bateria de entrevistas de pesquisa do dia. Naquele momento eu estava no Japão como Fellow de Estudos Japoneses da Japan Foundation, fazendo pesquisa de campo para meu doutoramento (Silva, 2012). Minha rotina diária se baseava em realizar entrevistas com famílias brasileiras no Japão, buscando compreender os novos arranjos de parentesco quando os membros da família estão distendidos em dois países.

Naquela oportunidade, eu acompanhava famílias transnacionais por excelência, que precisavam – e ainda precisam – lidar cotidianamente com uma série de ansiedades no que tange aos projetos de vida, à educação dos filhos, aos parentes ausentes, ao medo de perder um pai ou uma mãe que estão a 17.000 km de distância. Viver tão longe assim faz parte da rotina de muitos brasileiros que moram no Japão como decasséguis, algo que é corriqueiro dentro das famílias de descendentes de japoneses no Brasil. Todo mundo tem um tio ou uma tia que está no Japão trabalhando nas fábricas. Todo mundo tem um primo ou uma prima que está fazendo um *arubaito*, um trabalho de meio período nas fábricas japonesas.

Isso tudo é efeito de uma série de eventos políticos e econômicos tanto no Japão quanto no Brasil do fim da década de 1980. Enquanto o Japão ansiava por mão de obra para ocupar postos de trabalho em suas indústrias – uma necessidade latente para manter sua economia aquecida –, no Brasil as políticas sociais e econômicas do fim da Ditadura eram bastante hostis para muitas pessoas, impulsionando uma ampla corrente emigratória do país para outros destinos mundo afora, dentre eles, o Japão. Hiper inflação era apenas uma das expressões recorrentes dos jornais brasileiros, para não citar outros problemas infraestruturais como carências na educação, saúde e segurança pública.

¹ Prof. Dr. Victor Hugo Kebbe – Doutor em Antropologia Social pela UFSCar; ex-fellow de Japanese Studies/Intellectual Exchange da Japan Foundation (Tokyo, Japão); atuou como pesquisador associado da Faculdade de Educação da Shizuoka University (Shizuoka, Japão), como pesquisador associado do Nanzan Anthropological Institute e do Nanzan Institute for Religion and Culture (Nagoya, Japão); Pós-Doutor pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, UFSCar e Nanzan University. Editor do *japanologia.com*.

² Gostaria de agradecer à Paula Sayuri Yanagiwara pela leitura e contribuições para este artigo.

Tínhamos o casamento perfeito. Ou pelo menos a união de duas motivações importantes. O Japão precisa de gente para trabalhar e manter a economia. O Brasil abriga a maior comunidade de descendentes de japoneses fora do Japão e, importante, dispostos a fazer a longa viagem por conta dos problemas citados acima. Começava assim o tal do Fenômeno Decasségui, que explodiu as estatísticas na década de 1990.

A Hamamatsu de 2011 era um dos palcos perfeitos para acompanhar esses dilemas, uma vez que abrigava a maior concentração de brasileiros no Japão. A cidade se orgulhava de sua “Brazil Town”, com uma infraestrutura expressiva para receber brasileiros. Sinais de trânsito em português, hospitais, escolas e outros serviços públicos apinhados de tradutores e políticas multiculturais de integração são algumas das iniciativas governamentais. Além destas, temos a profusão de estabelecimentos brasileiros, como salões de beleza, supermercados, lanchonetes e afins.

Contudo, mesmo com essa grande empreitada governamental e privada para receber um grupo migratório tão expressivo, os problemas envolvendo os “choques culturais” são inúmeros. Questões identitárias, educacionais ou até mesmo de ordem psicológica são algumas das abordadas amplamente na literatura acadêmica. O que estávamos e ainda estamos vendo é como estes deslocamentos transnacionais desafiam a todo momento as nossas noções de territorialidade, identidade, identidade nacional, Estado-nação e etnicidade.

Naquele dia 11 de março eu deveria acompanhar alguns destes brasileiros no centro da cidade de Hamamatsu. As entrevistas estavam todas marcadas. Gravador na bolsa, cadernos e folhas e mais folhas de papel em branco para desenhar inúmeras genealogias já estavam prontas, esperando que eu terminasse de me trocar. Todavia, às 14 horas e 46 minutos tudo seria cancelado. O Japão enfrentaria naquele dia uma das maiores tragédias da história do país.

O Grande Terremoto

Estava me trocando quando comecei a me sentir enjoado. Pensei ser algo relacionado à saúde, contudo, notei que as portas do meu guarda-roupa estavam zunindo baixinho. Me sentei e percebi ser um terremoto. Liguei a televisão e pude ver, em tempo real, o anúncio de um grande terremoto no mar ao nordeste do Japão, inicialmente de nível 7 na escala Richter.

Os jornalistas anunciavam, incrédulos, o alerta de tsunami que fora emitido por conta do terremoto. Soubemos pela TV que a Grande Onda de mais de 10 metros de altura atingiria toda a região de Sendai, Fukushima e arredores, mudando a paisagem japonesa até os dias de hoje, ceifando a vida de 13.333 pessoas, além de deixar outras 16.000 desaparecidas. Tudo foi televisionado ao vivo, com cenas tão surreais que eu e vários amigos em Hamamatsu só tivemos a real dimensão da destruição dias depois.

Cidades foram completamente destruídas, modificando a paisagem urbana: linhas ferroviárias recém-construídas desapareceram completamente, embarcações foram arrastadas para os centros urbanos, carros e casas foram levados pelas águas como se fossem de papel. Pessoas desapareciam perante a fúria dos mares. O pior ainda estava por vir. Reatores da Usina Nuclear Daichi de Fukushima teriam sido atingidos, ocasionando a explosão da instalação e iniciando assim o irrefreável processo de fissão nuclear. Para além das vidas que foram levadas pelas águas, muitas outras seriam tomadas pelos efeitos da radiação.

Alertas de tsunami foram emitidos para praticamente todo o Japão, nos obrigando a ficar em casa ou a procurar os abrigos de emergência. No entanto, a cidade de Hamamatsu passou incólume ao Grande Terremoto do Leste do Japão, como o evento ficou conhecido posteriormente. Decidi ligar para os meus pais imediatamente, pois, como comentei em minha tese de doutorado (Silva, 2012), preferia que eles ouvissem sobre o acontecimento por mim do que serem surpreendidos por algum programa televisivo na manhã seguinte.

Meus pais receberam a informação com choque. Eu disputava minha transmissão via Skype com reportagens da TV Globo no Brasil, vendo o pavor nos olhos de meu pai e minha mãe. Apesar de afirmar veementemente que a cidade de Hamamatsu não havia sofrido com o terremoto nem com o tsunami, meus pais não acreditavam. Foi questão de horas até que eles comesçassem a receber telefonemas de parentes e amigos perguntando se eu tinha sobrevivido.

Dada a gravidade da situação, passei a contatar meus pais com mais frequência durante o dia, informando sobre a situação no Japão e, também, para certificar que eles estariam bem. Minha mãe me pedia para ficar online o maior tempo possível, com medo de, ao encerrar a ligação, algo pior pudesse acontecer. Contudo, apesar de eu mostrar ao vivo que estava bem, eles não acreditavam. Ninguém acreditava.

Foi aí que passei a filmar a cidade de Hamamatsu com minha câmera, para mostrar a eles quando chegasse em casa. O centro de Hamamatsu parecia tranquilo, as pessoas estavam caminhando nas ruas, o comércio funcionava normalmente. Os cafés continuavam lotados, as pessoas faziam suas coisas. A única alteração visível na cidade foi nos supermercados, desabastecidos e com o envio de vários suprimentos para as regiões mais afetadas. Nesse ínterim, eu e alguns amigos buscávamos informações sobre como auxiliar no levantamento de mantimentos para serem enviados para as vítimas.

Apesar da aparente normalidade da vida citadina, minhas imagens não eram páreo para as reportagens dos grandes meios de comunicação, deglutindo insistentemente cenas da destruição. Meus pais, parentes, professores e amigos continuavam não acreditando, mesmo com as imagens que eu havia feito. Não era possível. A situação no Brasil passou a ser insustentável quando meus pais começaram a receber telefonemas de pessoas que eu nem conhecia, perguntando se eu havia morrido ou algo assim. Passei a receber e-mails de professores e vários amigos preocupados, alertando sobre os problemas da radiação, o que viria a ser um problema à parte.

Alguns brasileiros na cidade de Hamamatsu e no entorno entraram em pânico. Vários ocuparam o Consulado do Brasil na cidade, enquanto outros faziam planos de voltar às pressas ao Brasil. Na província havia uma Usina Termoelétrica que passou a ser difundida entre os brasileiros nas redes sociais como usina nuclear que estaria sob “risco de explosão iminente”. As famílias distendidas no tempo e no espaço que eu fora acompanhar durante a minha pesquisa estavam se fraturando novamente.

Passaram-se poucos dias até que eu fosse procurado pela imprensa brasileira para comentar os eventos que ocorriam no Japão. O grande questionamento da imprensa – e que também foi de alguns amigos meus, inclusive descendentes de japoneses –, era acerca do comportamento do povo japonês. Em muitas falas jornalísticas, os japoneses estavam resignados diante da destruição causada pelo Grande Terremoto do Leste do Japão, assistindo impotentes enquanto as forças da natureza ceifavam as vidas de milhares de japoneses com o terremoto, o tsunami e, posteriormente, com os efeitos da radiação de Fukushima.

Aparentemente, para muitos aqui era impossível ou inadmissível observar as poderosas forças da natureza e não fazer nada a respeito. Como discutirei mais à frente, essa suposta resignação diz muito sobre a maneira como a sociedade japonesa percebe a natureza, mas, mais ainda, como nós mesmos enxergamos a nossa relação com ela.

Desde o primeiro dia que cheguei ao Japão fui informado em reunião para me preparar para eventuais terremotos, dentre outros acidentes naturais. Para tanto, é recomendável que você mantenha um pequeno kit de emergência em casa, pois nunca se sabe quando sentirá um sismo, apesar de serem inevitáveis. É como dizem: você deve se preparar para os terremotos, não para o caso de acontecerem, mas para quando acontecerem. Por conta de o Japão estar disposto na junção de placas tectônicas, os terremotos são como uma certeza inexorável do cotidiano, que deve ser levada em conta desde a infância.

Os brasileiros no Japão sempre me confrontavam com a questão de ter ou não medo de lidar com os terremotos, ainda mais residindo na Província de Shizuoka. Há décadas que a comunidade científica alerta para a possibilidade, cada vez mais aparente, de a região sofrer uma das maiores catástrofes, o Grande Terremoto de Tokai. Os brasileiros faziam questão de me lembrar e relembrar da eventualidade. “O que seus pais acham de você estar morando nessa região? Dizem que, se tiver um terremoto aqui, é capaz até do Fuji entrar em erupção.”



Atsuta Jingu, Nagoya
Foto: Acervo pessoal

Apesar dos lembretes constantes, esses brasileiros não deixavam o Japão por conta dos acidentes naturais. O Japão está preparado para isso, sempre ouvi. Os materiais empregados nas casas, na mobília, a infraestrutura municipal, provincial, nacional, tudo é colocado em evidência simplesmente ao caminhar pela cidade numa tarde de domingo. Placas de sinalização indicam a localização dos abrigos de emergência mais próximos. Alguns estabelecimentos governamentais e privados mantêm até capacetes de prontidão para os eventuais acidentes. Um sistema de previsão de acidentes naturais bastante eficiente, aliado a um sistema de comunicação igualmente notável, faz com que os habitantes tenham plena ciência de quando um desses eventos está ocorrendo, quando vai ocorrer e como se proteger. Por conta da natureza agressiva, senão hostil desses eventos, os japoneses lidam de outra maneira com eles.

Desde muito cedo em minha vivência no Japão eu ficava intrigado, como antropólogo, sim, mas também como estrangeiro, um brasileiro, com a maneira como os japoneses lidavam com eventos naturais corriqueiros, como a chuva. Quando a previsão do tempo noticia a possibilidade de chuva, pode-se verificar com uma certeza admirável que todos estarão carregando seus guarda-chuvas, capas de chuva e até galochas. A chuva vai cair, então vamos conviver com ela.

Em Hamamatsu eu ficava mais impressionado ainda com as pessoas que saíam com Crocs e sandálias nestes dias. Enquanto eu me escondia da chuva, calçava pares de tênis impermeáveis e até mesmo cogitava cancelar compromissos levianos para não me molhar, podia observar famílias inteiras com suas sandálias andando tranquilamente na chuva, como que esperando que ela ocorresse. Em um momento eu me percebia lutando contra a chuva, resistindo ou desafiando a vontade dos céus, como que duvidando da previsão do tempo. Nessa queda de braço, eu, indivíduo, estava invariavelmente lutando contra uma natureza hostil a mim.



Daihonzan Hokoji Hansobou, Hamamatsu
Foto: Acervo pessoal

Fui perceber muito tempo depois que é essa relação com a natureza – e cultura – que deveria ser a chave da questão. Como disse acima, a natureza no Japão oferece, com certa regularidade, uma série de desafios aos japoneses, o que não acontece da mesma forma no Brasil. Apesar de as chuvas e enchentes serem implacáveis no Brasil, os terremotos aqui são raros. Os ciclones, virtualmente impossíveis. Será que temos duas naturezas diferentes ou duas maneiras distintas de pensar a natureza?

Assim que cheguei ao Japão fui informado pelo staff da Japan Foundation que teria uma oportunidade única de observar as quatro estações do ano em sua plenitude. O Japão se apresenta de quatro maneiras – senão mais – diferentes ao longo do ano. As efusivas flores da primavera que cedem espaço ao calor implacável e ao canto das cigarras do verão. As cores fulgurantes do outono que deixam um tapete de folhas marrons para dar lugar ao inverno nevado.

Apesar de parecer um conto de fadas ou uma poesia, estas impressões estão bastante impregnadas na própria constituição de um pensamento filosófico japonês, com suas raízes no zen-budismo. A efemeridade e a passagem do tempo, elementos fundamentais para se pensar a transiência, a vaziedade e a vacuidade budista, são trazidas a nós, humanos, pela própria natureza e seus ciclos infinitos em suas infindáveis sucessões de cores. Talvez esteja aqui a dificuldade para eu lidar com a chuva enquanto os japoneses esperam que ela aconteça. Eu – e aqui entendo o próprio pensamento filosófico ocidental –, não fui educado para enxergar a natureza dessa forma.

Contudo, a relação dos japoneses com a natureza não é apenas tocada pelo zen-budismo em sua plenitude, como também é marcada pela complexa ligação com os kami, as divindades xintoístas, marcando uma série de rituais imemoriais de culto a tais forças da natureza, conhecidos como *jingi suhai*.

Apesar de ser traduzido em vários momentos como divindade ou deus/deusa, deuses/deusas, os kami não possuem nenhum correlato em português. Eles já habitavam o Japão antes dos primeiros seres humanos chegarem, sendo forças da natureza que permeiam todos os espaços possíveis. Lagos, florestas, montanhas, rios, pedras e vulcões já poderiam abrigar ou mesmo ser a materialização de divindades inteiras, vivendo num mundo no qual nós, os humanos, somos apenas observadores e pegando carona nessa grande jornada sagrada.



Atsuta Jingu, Nagoya
Foto: Acervo pessoal

Nessa relação, as forças da natureza agem à revelia dos anseios humanos, cabendo a nós pouco a fazer senão nos protegermos. Neste cenário divino, as catástrofes naturais podem ser pensadas, inclusive, como a agência de forças naturais implacáveis, algo que é ensinado aos japoneses desde os primeiros anos de vida, seja em casa, seja na escola, seja no dia a dia, seja pela experiência de uma tarde chuvosa do fim do verão.

Aqui podemos perceber que os japoneses lidam com a natureza de outra forma que nós, brasileiros. E aqui não me refiro às aves que aqui gorjeiam que não gorjeiam como lá. Isso ocorre não porque ambos os países possuem duas naturezas diferentes, mas pensamos a relação com a natureza de formas distintas.

De acordo com o antropólogo Marshall Sahlins em *Cultura e Razão Prática* (2003), as diversas sociedades apreendem e codificam a natureza mediante os esquemas culturais nas quais estão inseridas, que nem sempre estão orientadas para uma visão prática e utilitarista. Em *Stone Age Economics* (2017) Sahlins atenta para a necessidade de ampliarmos as nossas visões sobre como o homem se dispõe dos recursos naturais dentro de seus esquemas culturais que não são presos ou orientados para o mercado e para a apropriação, aspectos tão característicos do modo de produção capitalista. Parafraseando Sahlins mais uma vez, as sociedades significam o mundo – e aqui eu falo da natureza – de modos diferentes (Sahlins, 1995). Nesse sentido, o autor demonstra como é possível apreender, conhecer, observar e viver na natureza de modos distintos.

Se a discussão já não abrisse um precedente bastante complexo para pensarmos na relação entre Natureza e Cultura, devo ainda alertar sobre a maneira que o indivíduo é pensado no Ocidente, o que acaba afetando a maneira como enxergamos e vivemos na natureza. Como percebe o antropólogo Louis Dumont (1993) e o filósofo Hisayasu Nakagawa (2008), um ponto que nos interessa aqui é como o Ocidente – e o pensamento filosófico ocidental – é marcado pela centralidade do indivíduo enquanto valor universal, que suplanta a própria ideia de sociedade e, indo além, a própria ideia de natureza. Nessa relação entre Indivíduo e Sociedade, temos aqui a emergência do indivíduo dotado de uma consciência moral ímpar, dotado de agência e que não apenas vive no mundo, como transforma o mundo em que vive.



Hachimangu, Hamamatsu
Foto: Acervo pessoal

Enquanto indivíduos e agentes, nós usamos e dispomos da natureza ao nosso favor, em especial nos meios produtivos, o que Almeida (2013) chamaria de ontologia capitalista. Dentro desse esquema cultural ocidental particular, de princípio universalizante, porém, nada universal, nós aqui olhamos para a Natureza como um amontoado de recursos que podemos extrair, usar, domesticar e transformar. É a velha máxima marxista de sempre, o homem é um agente transformador da natureza. Ela e os recursos naturais estariam à nossa disposição, enquanto indivíduos e agentes, para fazermos dela o que bem entendermos. É assim como enxergamos a natureza e é assim como somos educados desde sempre.

O problema é que, de acordo com Nakagawa (2008), Doi (1973) e, estendendo a leitura até mesmo para Nakane (1992), estes dois últimos nomes grandes referências dos Estudos Japoneses, essa concepção de indivíduo enquanto valor e agente não funcionaria da mesma forma no Japão. Para Nakane (1992), por exemplo, o Japão é marcado por uma sociedade de orientação grupal e não voltada para o indivíduo e o individualismo como assim é pensado no Ocidente.

O Japão apresenta, portanto, alguns desafios para pensarmos essa relação entre Natureza e Cultura, ainda mais quando nós, seres humanos, somos apenas passageiros neste cenário cósmico onde as forças da natureza já residiam antes mesmo de nós chegarmos. Tal observação tem sido feita, entre tantos proponentes do xintoísmo³ enquanto objeto de pesquisa, como Ono Sokyo (1962) e Yamakage Motohisa (2006), que apontam o Shinto enquanto a “religião nativa” do Japão (*shinkoku*), apontando-o enquanto uma terra de divindades ancestrais que habitam os vários elementos da natureza e, justamente por isso, deslocariam a natureza para um plano sagrado ou divino e não mundano, utilitário ou utilitarista como pensado na perspectiva Ocidental.

Conclusão

É evidente que estou, como antropólogo, torcendo a discussão. Não quero dizer com este texto que os japoneses pensem essa relação com a natureza de forma homogênea, afinal, cairíamos em outros reducionismos e processos de exotização igualmente perniciosos. Contudo, esses grandes eventos catastróficos trazem à tona várias questões interessantes para pensarmos a própria cultura e sociedade japonesa. No Brasil, assim como em todos os lugares do mundo onde exista um ser humano, pensamos e somos obrigados a pensar a nossa relação com a natureza. Como apontei acima, aqui também nos deparamos com acidentes terríveis, como enchentes que devastam cidades inteiras no fim do ano. Todavia, como isso pode ser interessante para pensarmos em como o Japão entende a natureza?

Durante o Grande Terremoto do Leste do Japão fui procurado pela imprensa brasileira, enquanto acompanhava os jornais brasileiros pela internet. Todos estavam consternados pela resignação dos japoneses diante destes eventos naturais tão catastróficos. Por que os japoneses agiam daquela forma?, perguntavam jornalistas, amigos, parentes. Como disse acima, meu cabo de guerra informacional com a imprensa se dava ao mostrar para meus pais, parentes e amigos, um Japão pelas lentes da minha máquina fotográfica e da minha webcam, que apresentavam uma Hamamatsu calma, apesar da destruição que acabara de acontecer na região nordeste do país. Todavia, era difícil para eles entenderem que o que eu mostrava nas fotos era real. Muito antes de tempos de fake news, para meus pais, parentes e amigos, era impossível que estivesse tudo bem comigo no Japão. Talvez para eles – e para os brasileiros e a imprensa, subsequentemente – fosse *impossível* compreender isso, porque a maneira como eles pensam a natureza é diferente da forma como ela é pensada no Japão.

³ É importante frisar que esta visão é problemática dentro dos estudos acadêmicos envolvendo o xintoísmo, necessitando aqui de um refinamento. Como indica Kuroda Toshio (1981, 1996), Breen e Teeuwen (2000), Teeuwen e Scheid (2002), o Shinto ou o Caminho dos Kami seria uma perspectiva bastante recente, criada durante o Período Meiji (1868-1912) na consolidação de um xintoísmo atrelado ao Estado-nação japonês, o kokka shinto. Como observado nos registros históricos, o uso da palavra Shinto não ocorre em tempos imemoriais, o que justificaria ou sustentaria uma ideia de religião nativa ou ancestral do Japão. Contudo, a prática de culto aos kami (jingi suhai e jingi saishi) é observada no Japão desde sempre, sendo necessário que entendamos essa distinção: enquanto a expressão shinto é comumente relacionada a uma perspectiva religiosa e teológica (e ideológica, se pensarmos no Xintoísmo de Estado do Período Meiji), os estudos acadêmicos preferem dar ênfase ao culto aos kami ou jingi suhai (Teeuwen, Scheid, 2002).

Anos depois pude repensar essa questão e hoje entendo que, dentro de uma perspectiva de confronto com a natureza, aquele mesmo que eu tinha nos dias chuvosos em Hamamatsu, e aquele mesmo que muitos brasileiros demonstraram através das manchetes jornalísticas acerca do Grande Terremoto do Leste do Japão, o silêncio japonês só poderia ser pensado como resignação. A resignação só pode ocorrer quando aquele indivíduo, agente e tomador de decisões, desiste de fazer algo a respeito. No entanto, será que essa concepção de indivíduo, tão cara ao pensamento filosófico ocidental, funciona da mesma forma no Japão? E se ela não existir? Se ela não existe, é uma falsa questão pensarmos na ideia de resignação. Naquele terremoto, ao chamarem os japoneses de resignados diante de tamanha destruição, nós estávamos falando muito sobre nós mesmos e a maneira como nós pensamos a nossa relação entre Natureza e Cultura e Indivíduo e Sociedade.

Talvez seja possível ainda delinear outro desdobramento para pensarmos o atual cenário da pandemia da Covid-19 que assola o globo. Com a Covid-19, muitos olhos estão voltados para como a Ásia tem lidado com a pandemia. Reportagens elogiosas sobre o uso constante e maciço de máscaras no Japão, Coreia do Sul e China ocuparam as páginas dos jornais ocidentais, enquanto observamos, ao mesmo tempo, a resistência ao uso desses utensílios em outros países, dentre eles o Brasil.

Campanhas de fake news alastraram as redes sociais minimizando ou até mesmo alegando a inexistência do vírus, além de ser perceptível a cada dia que passa a dificuldade de muitos países em aderirem aos protocolos de segurança. Muito tempo se esperou para que democracias ocidentais como Estados Unidos e Brasil admitissem a existência e o perigo do vírus. Como dito repetidamente nos jornais, é e tem sido muito difícil conseguir implementar estratégias de isolamento social nessas democracias, uma vez que supostamente feririam os direitos inalienáveis deste mesmo indivíduo universal.

Mais uma vez, talvez essa resistência ao uso da máscara ou até mesmo a descrença na existência do vírus fale muito mais sobre nós mesmos do que queiramos admitir. Em um mundo em que nos percebemos como indivíduos descontinuados da natureza, dotados da audácia de desafiá-la – e consumi-la, apropriá-la –, é muito difícil conceber que necessitamos de um artefato banal como a máscara para nos protegemos dela.

Não é à toa que as reportagens sobre o Japão e a postura da sociedade japonesa sobre a pandemia acabam e terminam sendo apenas elogiosas. O que está por trás desses elogios talvez seja a indissolúvel separação do eu e do outro, tão cara à ideia de um indivíduo ocidental que, para se afirmar enquanto dominante, idealiza e exotiza o outro. Talvez esteja na hora de nós, ocidentais, repensarmos essa estrutura de dominação – apropriação, extração e exploração – que, aparentemente, é a única maneira que soubemos pensar até agora.



Meiji Jingu, Tokyo
Foto: Acervo pessoal

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Mauro. Caipora e outros conflitos ontológicos, In **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.5, n.1, jan.-jun., p.7-28, 2013.
- BREEN, John; TEEUWEN, Mark. **Shinto in History: Ways of the Kami**. Richmond, Surrey: Curzon Press, 2000.
- DOI, Takeo. **Amae no Kouzou**. Tokyo: Kodansha, 1973.
- DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- KURODA, Toshio. Shinto in the history of Japanese religion. In **Journal of Japanese Studies**, 7:1-21, 1981.
- KURODA, Toshio. The discourse on the “Land of the Kami” (shinkoku) in medieval Japan: National consciousness and international awareness. In **Japanese Journal of Religious Studies**, 23: 353-85, 1996.
- NAKAGAWA, Hisayasu. **Introdução à Cultura Japonesa: ensaio de antropologia recíproca**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- NAKANE, Chie. **Japanese Society**, Tokyo: Tuttle Publishing, 1992.
- SAHLINS, Marshall. **Stone Age Economics**, Oxfordshire: Routledge, 2017.
- SAHLINS, Marshall. “Rationalities: How ‘Natives’ Think”, In **How ‘Natives’ Think**. Chicago, The University of Chicago Press, 1995.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2003.
- SILVA, Victor Hugo Martins Kebbe. **一期一会 – Na vida, única vez. Fabricando famílias e relacionalidades entre decasséguis no Japão**. p.303. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFSCar, São Carlos, 2012.
- TEEUWEN, Mark; SCHEID, Bernahrd. Tracing Shinto in the History of Kami Worship. In **Japanese Journal of Religious Studies**, 29/3-4, 2002.
- YAMAMOTO, Tsunetomo. **Hagakure: O Livro do Samurai**. 2ed. São Paulo: Conrad, 2004.